



**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**
Nosso compromisso é
trabalhar por você!

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

MINUTA DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 082/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026

CONTRATANTE (UASG)
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR (930042)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de procedimento de Dispensa Eletrônica, para a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e utensílios, destinados a atender às necessidades operacionais e de manutenção da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR.

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 25.298,20 (Vinte e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte centavos.).

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS
ATÉ 24/06/2026 ÀS 07h59min

INÍCIO DA SESSÃO E FASE DE LANCES
DIA 24/06/2026 Das 08h às 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS LOCAIS/REGIONAIS
SIM





CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR
Processo Administrativo n.º 82/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por meio do Departamento Administrativo, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por grupo/lote**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Resolução n.º 01/2023 e alterações e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta.

Data da sessão: 24/06/2026

Horário da Fase de Lances: das 08h às 14h

Link: <https://www.gov.br/compras>

Critério de Julgamento: *menor preço por grupo/lote.*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e utensílios.
- 1.1.2. O valor máximo da presente contratação é de R\$ 25.298,20 (Vinte e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte centavos).
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo/lote observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- 2.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site da Câmara Municipal, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SicaF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.2.1.0 Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras).





2.2.2.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício





ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP

- 3.1. Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, este Aviso de Contratação Direta será de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Aplica-se a esta Dispensa, nos itens/grupos exclusivos para microempresa e empresa de pequeno e nos itens/grupos com cotas reservadas para microempresa e empresa de pequeno, o disposto no art. 9º, § 2º, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, que estabelece prioridade de contratação para empresas sediadas local ou regionalmente, de acordo com os seguintes termos:

Na situação em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido.

A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente poderá ser contratada sendo pago até 10 % (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado.

Os benefícios serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional, conforme disposto no art. 9º, § 3º do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021.

Para fins de aplicação do dispositivo, considera-se:

Âmbito Local: limites geográficos do Município de Francisco Beltrão;

Âmbito Regional: Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, compreendendo:

Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel D'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudades do Iguaçu, Sulina, Verê, Vitorino.

Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

- 3.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá ser contratada sendo pago até**





10% (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que previsto no ato convocatório e se este valor for compatível com a realidade do mercado, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
 - 4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de





Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos

§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*





4.11.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

4.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.11.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

4.11.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1.0 lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do grupo/lote.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1.0 fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2.0 intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.





- 5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
 - 5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
 - 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço.
- 6.2. Caso o condutor da dispensa eletrônica tenha dúvidas sobre a razoabilidade dos lances apresentados, este poderá realizar uma outra pesquisa de mercado concomitante, e solicitar a justificativa sobre os lances apresentados.
 - 6.2.1. Não sendo justificável os lances apresentados, todos eles serão desclassificados.
 - 6.2.1.1. Nesse caso, nos termos do inc. II, do art. 32 do Decreto Municipal nº 9.442, de 2023, será fixado prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas.
- 6.3. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço aceitável pela administração para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 6.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível.
 - 6.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço aceitável pela administração para a contratação.
- 6.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do





- processo de contratação.
- 6.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o aceitável para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
 - 6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
 - 6.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 6.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
 - 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
 - 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a





indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) [SICAF](#);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

d) Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública - TCE Paraná. (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)

7.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de





Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

7.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) e/ou o fornecedor anexar os documentos de habilitação do anexo I

7.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 61, da Resolução nº 6, de 24 de abril de 2023).

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não





apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco.) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

8.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*





8.3.3.a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Demanda de Contratação.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DOTAÇÃO

9.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

9.1.1. 01 - Poder Legislativo, 001- Câmara Municipal, 01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores, 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo - 3.3.90.30.21.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da





licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.10.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.11. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lotes(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.12 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese





alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

10.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11. as peculiaridades do caso concreto;

10.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse





caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2. As providências dos subitens 11.1.1 e 11.1.2 também poderão ser utilizadas se não

houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva





notificação.

11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação

11.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**
Nosso compromisso é
trabalhar por você!

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

Francisco Beltrão, 15 de junho de 2026.

CIDNEY BARBIERO FILHO
Presidente

CNPJ: 78.686.557/0001-15

 franciscobeltrao.pr.leg.br



Telefone: (46) 2601-0410

licitacao@franciscobeltrao.pr.leg.br

Instagram: @camarabeltrao



ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.





EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR POR GRUPO DE ITENS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de procedimento de Dispensa Eletrônica, para a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e utensílios, destinados a atender às necessidades operacionais e de manutenção da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR.

ANEXO - II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e seis, a Câmara Municipal de Francisco Beltrão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.686.557/0001-15, com sede na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, na Rua Tenente Camargo nº 2173 - Centro, doravante denominada CÂMARA, representada pelo seu Presidente, CIDNEY BARBIERO FILHO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, em face da classificação das propostas apresentada na Dispensa Eletrônica nº 21/2026, por deliberação do Agente de Contratação, devidamente homologado e publicado no Diário Oficial do CÂMARA de Francisco Beltrão, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege a Dispensa Eletrônica e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na, nº....., na cidade de, Estado do, inscrita no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada FORNECEDOR/PRESTADOR, neste ato representada por seu sócio administrador Sr., portador do RG nº e do CPF nº

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e utensílios, conforme necessidade da Câmara Municipal e de acordo com o edital e descrição a seguir:

GRUPO / LOTE 1 - PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA								
Item	CatMat	Cod	Especificação	Marca	Quant	Unidade	Valor unitário máximo R\$	Valor total máximo R\$
1	226700	95859	ÁGUA SANITÁRIA COM CLORO ATIVO À BASE DE HIPOCLORETO DE SÓDIO DE 2 A 2,5 %, COM TAMPAS COM ROSCA E LACRE		100	L		
2	481012	95860	ÁLCOOL ETÍLICO COM TEOR ALCOÓLICO DE 46,2% INPM, EM SOLUÇÃO AQUOSA, PRÓPRIO PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES. PRODUTO INCOLOR, COM ODOR CARACTERÍSTICO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPAS DE SEGURANÇA ROSQUEÁVEL. DESTINADO AO USO INSTITUCIONAL E DOMÉSTICO. PRODUTO REGISTRADO NA ANVISA.		30	L		
3	441477	95861	ALCOOL GEL ANTISSÉPTICO, CONCENTRAÇÃO 70%, SEM FRAGRÂNCIA PRAZO VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES, CONTADOS DA DATA DE ENTREGA, EMBALAGEM COM 05 LITROS. SOLICITA-SE AMOSTRA		05	UN		
4	610980	95862	AMACIANTE DE ROUPAS - EMBALAGEM DE 2 LITROS		10	UN		





			AMACIANTE DE ROUPAS, COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL E DURADOURA, PRÓPRIO PARA USO DOMÉSTICO OU INSTITUCIONAL. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, PRONTO PARA USO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, CONTENDO 2 LITROS, COM TAMPA ROSQUEÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO JUNTO À ANVISA.					
5	368744	95863	APARELHO AROMATIZANTE/ODORIZADOR CLICK SPRAY COM MINI AEROSSOL - 12ML APARELHO AROMATIZANTE/ODORIZADOR DO TIPO CLICK SPRAY, DE ACIONAMENTO MANUAL, PRÓPRIO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. EMBALAGEM CONTENDO 1 APARELHO APLICADOR REUTILIZÁVEL E 1 REFIL DE FRAGRÂNCIA EM MINI AEROSSOL COM 12 ML. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM AROMA AGRADÁVEL E DURADOURO. INDICADO PARA SANITÁRIOS, LAVABOS, ESCRITÓRIOS E AMBIENTES SIMILARES.		10	UN		
6	482548	95864	BOTA DE BORRACHA CARACTERÍSTICAS: INDICADO PARA ATIVIDADES DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. MATERIAL: CONFECCIONADA EM PVC INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA. COR: PRETA ALTURA DO CANO: CANO MÉDIO (APROXIMADAMENTE 28 A 35 CM) FORRO INTERNO: TÊXTIL OU POLIÉSTER DE SECAGEM RÁPIDA SOLADO: ANTIDERRAPANTE COM RESISTÊNCIA A ESCORREGAMENTO EM SUPERFÍCIES ÚMIDAS (NORMA NR-32 OU EQUIVALENTE) PALMILHA: CONFORTÁVEL, REMOVÍVEL, COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO NUMERAÇÃO: 35 AO 42 (ESPECIFICAR GRADE NO PEDIDO) CERTIFICAÇÃO: ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA TÉCNICA ABNT NBR ISO 20347:2015 PARA CALÇADOS OCUPACIONAIS		03	PAR		
7	471775	95865	FILTRO DE CAFÉ 103, 100% CELULOSE, EM CAIXA COM 40 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: MELITA , OU SIMILAR, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.		70	UN		
8	225796	95868	COPO DESCARTÁVEL 180 ML EM MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIESTIRENO (PS) ATÓXICO, INDICADO PARA CONSUMO DE ÁGUA E BEBIDAS FRIAS. COR BRANCO TRANSLÚCIDO. COM USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, EMBALADO EM PACOTES SELADOS, RESISTENTES, CONTENDO ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE E EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14.865:2002. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, CONTENDO 2.500 UNIDADES POR CAIXA.		15	CAIXA		
9	297317	95869	COPO DESCARTÁVEL 80 ML PARA CAFÉ EM MATERIAL POLIESTIRENO (PS) DE ALTO IMPACTO OU POLIPROPILENO (PP) RESISTENTE A CALOR USO: INDICADO PARA BEBIDAS QUENTES, COMO CAFÉ E CHÁ, NA COR BRANCA OU FUMÊ TRANSLÚCIDO, ESTRUTURA RÍGIDA E ANATÔMICA, RESISTENTE À DEFORMAÇÃO EM CONTATO COM LÍQUIDOS QUENTES, EMBALADO EM PACOTES SELADOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E LOTE, CONFORME PADRÕES DE SEGURANÇA E QUALIDADE APLICÁVEIS PARA CONTATO COM ALIMENTOS (RESOLUÇÃO RDC Nº 56/2012 DA ANVISA), CONTENDO 2.500 UNIDADES POR CAIXA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.		10	CAIXA		
10	396196	95870	DESINFETANTE CONCENTRADO PRODUTO CONCENTRADO, INDICADO PARA A HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES EM GERAL, INCLUINDO PISOS, PAREDES, BANCADAS, BANHEIROS, UTENSÍLIOS E ÁREAS COMUNS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE CONTENDO 2 LITROS, O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA, COM INDICAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO E MODO DE USO NO RÓTULO, CONFORME LEGISLAÇÕES SANITÁRIAS VIGENTES.		50	UN		
11	620665	95871	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO, COM GLICERINA, PARA REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEAS (TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE). EMBALAGEM DE 500ML.		100	UN		
12	284815	95872	ESCOVA SANITÁRIA COM CABO PLÁSTICO DE NO MÍNIMO 30 CM E NO MÁXIMO 40 CM DE COMPRIMENTO, CERDAS CONFECCIONADAS EM		06	UN		





			NYLON COM APROXIMADAMENTE 2 CM, CONTENDO SUPORTE PLÁSTICO PARA SUA GUARDA.					
13	481018	95873	ESPONJA DE LÃ DE AÇO ACONDICIONADAS EM PACOTES COM O MÍNIMO 8 UNIDADES E PESO MÍNIMO DE 60G. COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO. VALIDADE MÍNIMA: 02 ANOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.		10	UN		
14	481020	95874	ESPONJA DUPLA FACE DE ESPUMA PARA LAVAR LOUÇA, ANTIBACTÉRIAS E ANTIADERENTE - TAMANHO EM MÉDIA 110 X 75 X 20 MM. EMBALAGEM COM 03 UNIDADES.		30	UN		
15	626652	95875	FIBRA DE LIMPEZA PESADA PRODUTO NÃO TECIDO À BASE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EMBALAGEM COM 5 UNIDADES, TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 9CM, COMPRIMENTO:12CM E ESPESSURA DE 2CM.		6	PCT		
16	319163	95876	FLANELA PARA LIMPEZA COMPOSTA POR 100% ALGODÃO, LISA, NA COR AMARELO LARANJA. DIMENSÕES MÍNIMAS 28 CM X 38 CM COM VARIAÇÕES DE ATÉ 20%. COM ACABAMENTO OVERLOQUE. NÃO DEVE APRESENTAR DESFIAMENTO NAS BORDAS. DEVIDAMENTE EMBALADAS COM AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE.		80	UN		
17	279329	95877	FOSFORO LONGO - CAIXA COM 240 PALITOS.		05	CAIXA		
18	338359	95879	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO - FABRICADO EM PAPEL DE BOA QUALIDADE, COM TEXTURA MACIA E BOA ABSORÇÃO. MEDINDO 30 CM X 29,5 CM, NA COR BRANCA. PRODUTO DESCARTÁVEL, DESTINADO À HIGIENE PESSOAL OU À UTILIZAÇÃO DURANTE REFEIÇÕES. PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES, EMBALADAS DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE E A HIGIENE DO CONTEÚDO. SOLICITA-SE AMOSTRA		150	PCT		
19	462542	95880	INSETICIDA AEROSSOL MULTI INSETOS - FRASCO COM 400 ML - PRODUTO INDICADO PARA O COMBATE EFICAZ DE DIVERSOS TIPOS DE INSETOS RASTEIROS E VOADORES, TAIS COMO MOSQUITOS, MOSCAS, BARATAS, FORMIGAS E PERNILONGOS. COM AÇÃO IMEDIATA E PROLONGADA, COM FÓRMULA BALANCEADA PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. CONTEÚDO: 400 ML, EM EMBALAGEM AEROSSOL COM VÁLVULA SPRAY DE FÁCIL APLICAÇÃO. PRODUTO DE USO DOMÉSTICO, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. DEVE CONTER INSTRUÇÕES DE USO E PRECAUÇÕES IMPRESSAS NA EMBALAGEM.		03	UN		
20	200511	95881	LIMPA PISO PERFUMADO - FRASCO COM 500 ML (TIPO VEJA) - DETERGENTE DESINFETANTE E LIMPADOR PERFUMADO, PRONTO PARA USO, INDICADO PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE PISOS LAVÁVEIS EM GERAL. PRODUTO COM AÇÃO DESENGORDURANTE, PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS LEVES DO DIA A DIA, COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE COM 500 ML, COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP-TOP OU SIMILAR. PRODUTO SIMILAR AO VEJA PERFUMES OU VEJA MULTIUSO PISOS, DEVENDO CONTER REGISTRO NA ANVISA E NÚMERO DE LOTE E VALIDADE VISÍVEIS NA EMBALAGEM.		12	UN		
21	288945	95882	LIMPA VIDROS LÍQUIDO - FRASCO COM 500 ML - PRODUTO DESTINADO À LIMPEZA E BRILHO DE SUPERFÍCIES DE VIDRO, ESPELHOS, VITRINES, JANELAS E DEMAIS SUPERFÍCIES LISAS. SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, NA COR INCOLOR OU AZUL, COM AÇÃO DESENGORDURANTE E SECAGEM RÁPIDA, SEM DEIXAR MANCHAS. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE COM 500 ML, DOTADO DE TAMPA COM SISTEMA DE SEGURANÇA OU VÁLVULA SPRAY. A EMBALAGEM DEVERÁ SER CERTIFICADA PELO INMETRO E CONTER DE FORMA VISÍVEL E LEGÍVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NOME E NÚMERO DE REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM CRQ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO COMPLETO E CNPJ DO FABRICANTE.		24	UN		
22	415772	95883	LIMPADOR MULTIUSO LÍQUIDO - EMBALAGEM COM 500 ML - PRODUTO DE USO GERAL PARA A LIMPEZA DE SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, COM AÇÃO DESENGORDURANTE E DETERGENTE. FÓRMULA LÍQUIDA TRADICIONAL OU NEUTRA, CONTENDO COMO INGREDIENTE ATIVO PRINCIPAL TENSOATIVO ANIÔNICO BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ALCALINIZANTE, SEQUESTANTE, SOLUBILIZANTE, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL, PERFUME E ÁGUA. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 500 ML COM		30	UN		





			BICO DOSADOR, DE FÁCIL MANUSEIO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER, DE FORMA VISÍVEL E LEGÍVEL, AS SEGUINTE INFORMações: DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 18 (DEZOITO) MESES A PARTIR DO ACEITE FINAL DA ENTREGA, DEVENDO CONTER REGISTRO NA ANVISA OU EM OUTRO ÓRGÃO REGULADOR COMPETENTE, CONFORME EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
23	347886	95884	NAFTALINA EM BOLAS - EMBALAGEM SELADA CONTENDO DE 25 A 30 G - PRODUTO À BASE DE NAFTALINA, EM FORMATO ESFÉRICO, DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGENS SELADAS, SEGURAS E RESISTENTES, DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO VÁLIDO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO REGULADOR COMPETENTE, CONFORME REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA SANEANTES DOMISSANITÁRIOS.		12	PCT		
24	307513	95885	ÓLEO DE PEROBA - FRASCO COM 100 ML OU SUPERIOR PRODUTO À BASE DE ÓLEOS MINERAIS E CERAS VEGETAIS, INDICADO PARA LIMPEZA, BRILHO E CONSERVAÇÃO DE MÓVEIS E SUPERFÍCIES DE MADEIRA. EMBALAGEM PLÁSTICA RÍGIDA, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, LOTE, COMPOSIÇÃO, REGISTRO OBRIGATÓRIO NA ANVISA OU ÓRGÃO COMPETENTE.		04	UN		
25	415155	95886	PÁ DE LIXO EM PLÁSTICO - CABO CURTO FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM BORDA RETA PARA MELHOR ADERÊNCIA AO PISO. MODELO COM CABO CURTO E ANATÔMICO, IDEAL PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. DEVE POSSUIR BOA DURABILIDADE E ACABAMENTO SEM REBARBAS. COR VARIÁVEL.		04	UN		
26	364252	95887	PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM BOA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA. ACABAMENTO COM BAINHA NAS BORDAS E COSTURA REFORÇADA. MEDIDAS APROXIMADAS DE 45 CM X 75 CM. LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL. IDEAL PARA USO EM COZINHAS E AMBIENTES INSTITUCIONAIS.		30	UN		
27	314739	95888	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA - EMBALAGEM COM 12 ROLOS, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA, COM FRAGRÂNCIA NEUTRA. CADA ROLO COM MEDIDAS DE 10 CM DE LARGURA POR 30 METROS DE COMPRIMENTO, COM GOFRAGEM (TEXTURA EM RELEVO) E PICOTE ENTRE AS FOLHAS, GARANTINDO FACILIDADE NO USO E BOA ABSORÇÃO. COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM (NÃO RECICLADA), LIVRE DE MATERIAIS RECICLADOS. PRODUTO COM ALTA ABSORÇÃO, ISENTO DE FURROS, RASGOS, MANCHAS, ODORES FORTES OU QUAISQUER SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM LACRADA CONTENDO 12 ROLOS.		100	PCT		
28	436328	95889	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO DE ALTA QUALIDADE, CONFECCIONADO NA COR BRANCA COM ALTO GRAU DE ALVURA. PRODUZIDO EM 100% CELULOSE DE FIBRA VIRGEM, SEM ADIÇÃO DE MATERIAIS RECICLADOS OU CONTAMINANTES, GARANTINDO UM PRODUTO HIGIÊNICO, HOMOGÊNEO, MACIO E DE EXCELENTE ABSORÇÃO. FORMATO DAS FOLHAS: 23 CM X 27 CM (MÍNIMO), COM ESPESSURA APROXIMADA DE 0,10 MM, EM DUAS DOBRAS, RESISTENTES E SUAVES AO TOQUE, NÃO DESMANCHAM E NÃO DEIXAM RESÍDUOS NAS MÃOS DURANTE O USO. PRODUTO INDICADO PARA AMBIENTES INSTITUCIONAIS, SANITÁRIOS E COLETIVOS. FARDO COM NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS, EMBALADO DE FORMA SEGURA. SOLICITA-SE AMOSTRA		200	FARDO		
29	355690	95890	LUVA DE LÁTEX NATURAL, MULTIUSO, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, COM INTERIOR FORRADO COM FLOCOS DE ALGODÃO - TAMANHO MÉDIO.		10	UN		
30	355691	95891	PAR DE LUVAS DE LÁTEX NATURAL, MULTIUSO, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, COM INTERIOR FORRADO COM FLOCOS DE ALGODÃO. TAMANHO G		10	UN		
31	484680	95892	DESODORIZANTE SANITÁRIO EM PEDRA COM APROXIMADAMENTE 35 GRAMAS, ACOMPANHADO DE HASTE PLÁSTICA REGULÁVEL E REDE PROTETORA PARA FIXAÇÃO NO VASO SANITÁRIO, ACONDICIONADO EM		150	UN		





			EMBALAGEM UNITÁRIA E DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
32	368739	95893	KIT COM 03 REFIS PARA APARELHO AROMATIZANTE/ODORIZADOR TIPO CLICK SPRAY, CADA UNIDADE EM MINI AEROSOL COM 12 ML, INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS, COM LIBERAÇÃO AUTOMÁTICA DE FRAGRÂNCIA. PRODUTO COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS DE ACIONAMENTO AUTOMÁTICO TIPO CLICK SPRAY, COM FORMULAÇÃO ESPECÍFICA PARA DESODORIZAÇÃO E AROMATIZAÇÃO DE AMBIENTES. FRAGRÂNCIA SUAVE, AGRADÁVEL E DE LONGA DURAÇÃO, NÃO AGRESSIVA AO OLFATO. REGISTRO NA ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.		20	KIT		
33	300113	95894	RODO COM BASE EM ALUMÍNIO, MEDINDO NO MÍNIMO 40 CM DE LARGURA, EQUIPADO COM BORRACHA NATURAL DUPLA DE ALTA QUALIDADE, FIXADA COM REBITES RESISTENTES. CABO EM ALUMÍNIO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120 CM, FIRMEMENTE REBITADO À BASE. POSSUI BARRA DE REFORÇO LATERAL ENTRE A BASE DO RODO E O CABO, CONFERINDO MAIOR ESTABILIDADE E DURABILIDADE AO CONJUNTO. SOLICITA-SE AMOSTRA		06	UN		
34	471300	95895	RODO DE ESPUMA COM BASE EM MADEIRA OU PLÁSTICO RESISTENTE, MEDINDO NO MÍNIMO 40 CM DE LARGURA, EQUIPADO COM ESPUMA DE POLIURETANO OU SIMILAR, DE ALTA DENSIDADE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 CM, FIXADA DE FORMA UNIFORME E SEGURA À BASE. ACOMPANHA CABO RESISTENTE E ERGONÔMICO, FIRMEMENTE ACOPLADO À BASE, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E EFICIÊNCIA DURANTE O USO, DE ÓTIMA QUALIDADE. SOLICITA-SE AMOSTRA		06	UN		
35	226631	95896	SABÃO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO MULTIUSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTADO EM EMBALAGEM CONTENDO 05 UNIDADES COM NO MÍNIMO 180G CADA BARRA, TOTALIZANDO PESO LÍQUIDO IGUAL OU SUPERIOR A 900G POR EMBALAGEM. PRODUTO DESTINADO À LIMPEZA GERAL, COM FORMULAÇÃO GLICERINADA E PH BALANCEADO, NÃO AGRESSIVO À PELE. AS BARRAS DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO UNIFORME, SEM RACHADURAS OU DEFORMAÇÕES. VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.		08	UN		
36	234325	95897	SABÃO EM PÓ DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM FORMULAÇÃO CONTENDO MICROPARTÍCULAS ATIVAS QUE PROMOVEM MAIOR PODER DE LIMPEZA DURANTE O PROCESSO DE LAVAGEM. PRODUTO DE ALTA PERFORMANCE, COM BOA SOLUBILIDADE EM ÁGUA FRIA OU QUENTE, ADEQUADO PARA USO EM ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS, COMPATÍVEL COM LAVADORAS AUTOMÁTICAS OU USO MANUAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL IMPERMEÁVEL E RESISTENTE, CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS, LACRADA, PROTEGENDO O PRODUTO CONTRA UMIDADE E CONTAMINAÇÕES EXTERNAS. NA EMBALAGEM DEVERÃO CONSTAR, DE FORMA LEGÍVEL E PERMANENTE: NOME DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, ALÉM DE REGISTRO NA ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO REGULADOR COMPETENTE, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SOLICITA-SE AMOSTRA.		30	UN		
37	604234	95898	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PEROLADO, APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PH NEUTRO, DENSIDADE 0,9 A 1,05 G/M3, COMPOSIÇÃO AGENTES EMOLIENTES E HIDRATANTES, COMPOSTOS DE SAIS. DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NA EMBALAGEM E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NO ATO DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 05 L.		05	UN		
38	338295	95899	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PRÓPRIO PARA O ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM RESISTÊNCIA ADEQUADA AO USO DIÁRIO. ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MICRAS POR PAREDE, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA PARA 50 LITROS , MEDINDO APROXIMADAMENTE 63 CM X 80 CM. PRODUTO COM SOLDA REFORÇADA NAS LATERAIS E NO FUNDO, GARANTINDO VEDAÇÃO E RESISTÊNCIA AO RASGO. INDICADO PARA USO EM LIXEIRAS DE MÉDIO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES, ACONDICIONADAS DE FORMA SEGURA. PRODUTO DE BOA QUALIDADE,		50	UN		





			COMPATÍVEL COM USO EM COLETA E DESCARTE DE RESÍDUOS COMUNS.				
39	267307	95905	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PRÓPRIO PARA O ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM RESISTÊNCIA ADEQUADA AO USO DIÁRIO. ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MICRAS POR PAREDE, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA PARA 15 LITROS , MEDINDO APROXIMADAMENTE 39 CM X 59 CM. PRODUTO COM SOLDA REFORÇADA NAS LATERAIS E NO FUNDO, GARANTINDO VEDAÇÃO EFICIENTE E RESISTÊNCIA AO RASGO. INDICADO PARA USO EM LIXEIRAS DE PEQUENO PORTE EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, COMERCIAIS OU RESIDENCIAIS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS DE FORMA SEGURA. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COMPATÍVEL COM O USO EM COLETA E DESCARTE DE RESÍDUOS COMUNS.	30	UN		
40	632002	100222	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, DE ALTA RESISTÊNCIA (TIPO SUPER REFORÇADO / PESADO), CAPACIDADE DE 100 LITROS . CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD) OU POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE (PELBD), UTILIZANDO MATÉRIA-PRIMA DE ALTA QUALIDADE QUE CONFIRA MÁXIMA ELASTICIDADE, FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA MECÂNICA A TRAÇÃO E IMPACTO. ESPESSURA MÍNIMA DE 60 MICRAS (MICRÔMETROS) POR PAREDE (OU MICRAGEM REAL EQUIVALENTE QUE ATENDA AOS TESTES DE CARGA PESADA), GARANTINDO BARREIRA ROBUSTA CONTRA PERFURAÇÕES E RASGOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE LARGURA POR 105 CM DE COMPRIMENTO (DIMENSÕES MÍNIMAS ÚTEIS PARA LIXEIRAS PADRÃO DE 100L). FUNDO COM SOLDA CONTÍNUA DE ALTA FUSÃO (PREFERENCIALMENTE SOLDA ESTRELA OU FUNDO REFORÇADO), TOTALMENTE ESTANQUE E IMPERMEÁVEL, CAPAZ DE SUPORTAR O PESO MÁXIMO DE CARGA VOLUMÉTRICA SEM DESPRENDIMENTO, ROMPIMENTO OU VAZAMENTO DE LÍQUIDOS (CHORUME). EMBALAGEM EM PACOTE/ CONTENDO 25 UNIDADES.	50	UN		
41	481229	95907	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PRÓPRIO PARA O ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM RESISTÊNCIA ADEQUADA AO USO DIÁRIO. ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MICRAS POR PAREDE, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA PARA 20 LITROS , MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM X 60 CM. PRODUTO COM SOLDA REFORÇADA NAS LATERAIS E NO FUNDO, GARANTINDO VEDAÇÃO EFICIENTE E RESISTÊNCIA AO RASGO, MESMO DURANTE O MANUSEIO FREQUENTE. INDICADO PARA USO EM LIXEIRAS DE PEQUENO PORTE EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, COMERCIAIS OU RESIDENCIAIS. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES, ACONDICIONADAS DE FORMA SEGURA. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COMPATÍVEL COM O USO EM COLETA E DESCARTE DE RESÍDUOS COMUNS.	30	UN		
42	241703	95908	SAPONÁCEO CREMOSO, BIODEGRADÁVEL, COM COMPOSIÇÃO À BASE DE DETERGENTE, INDICADO PARA A LIMPEZA DE PISOS, PAREDES, LOUÇAS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL. PRODUTO COM TEXTURA CREMOSA, FÁCIL APLICAÇÃO E EXCELENTE PODER DE LIMPEZA. FRAGRÂNCIAS PINHO, LIMÃO OU LAVANDA. APRESENTADO EM RECIPIENTE PLÁSTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 ML, CONTENDO TAMPA DOSADORA OU SISTEMA DE FÁCIL MANUSEIO. COM REGISTRO NA ANVISA OU ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UN		
43	338108	95909	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA, CONFECCIONADA COM PALHA NATURAL DE ALTA RESISTÊNCIA, COM AMARRAÇÃO MÍNIMA DE 03 FIOS DE LINHA GROSSA OU SUPERIOR, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E FIRMEZA DO FEIXE. FIXAÇÃO AO CABO POR MEIO DE ARAME RESISTENTE, PROPORCIONANDO MELHOR SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE O USO. O CABO DEVERÁ SER DE MADEIRA MACIÇA, LIXADO, RETO E SEM FARPAS, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,00 METRO. AS PALHAS DEVEM TER COMPRIMENTO MÍNIMO DE 50 CM, UNIFORMES, BEM APARADAS E FIRMEMENTE PRESAS. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE, INDICADO PARA VARRIÇÃO DE ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS. SOLICITA-SE AMOSTRA.	06	UN		
44	312607	95910	VASSOURA TIPO "NOVIÇA", COM CEPA EM PLÁSTICO RESISTENTE, EQUIPADA COM CERDAS DE NYLON MACIO E FLEXÍVEL, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA VARRIÇÃO DE PISOS INTERNOS.	06	UN		





			A CEPA DEVE CONTER NO MÍNIMO 60 TUFOS ORGANIZADOS EM 4 POR 15 FILEIRAS, SENDO QUE CADA TUFO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 14 CERDAS DE NYLON COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 14 CM NAS PONTAS. AS CERDAS DEVEM APRESENTAR BOA DENSIDADE, ELASTICIDADE E DURABILIDADE, ASSEGURANDO EFICIÊNCIA NA LIMPEZA SEM DANIFICAR SUPERFÍCIES DELICADAS. ACOMPANHA CABO COM COMPRIMENTO ENTRE 1,10 M E 1,25 M, CONFECCIONADO EM TUBO METÁLICO COM REVESTIMENTO PLÁSTICO, COM PONTA PLÁSTICA ROSQUEADA PARA FIXAÇÃO FIRME NA CEPA. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE, RESISTENTE. SOLICITA-SE AMOSTRA.					
45	472871	95911	LUSTRA MÓVEIS EM EMBALAGEM COM 100 ML PRODUTO À BASE DE SILICONE E CERAS, COM FORMULAÇÃO QUE PROPORCIONA ACABAMENTO UNIFORME, FORMANDO UMA PELÍCULA PROTETORA CONTRA POEIRA E MANCHAS, SEM DEIXAR RESÍDUOS OLEOSOS, COM FRAGRÂNCIA SUAVE E AGRADÁVEL, COM FÁCIL APLICAÇÃO E RÁPIDA SECAGEM. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, LACRADA, COM BICO DOSADOR OU TAMPA ROSQUEÁVEL, CONTENDO REGISTRO NA ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.		05	UN		
46	458336	100223	PILHA RECARREGÁVEL, TENSÃO NOMINAL DE 1,2V A 1,5V, TAMANHO AAA (PALITO). DEVERÁ ATENDER OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTAS NAS NORMAS VIGENTES (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401/2008). EMBALAGEM CONTENDO 4 UNIDADES.		30	PCT		
47	446594	100224	PILHA RECARREGÁVEL, TENSÃO NOMINAL DE 1,2V A 1,5V, TAMANHO AA. DEVERÁ ATENDER OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTAS NAS NORMAS VIGENTES. EMBALAGEM CONTENDO 4 UNIDADES.		30	PCT		
48	608446	95946	PANO DE CHÃO - ALGO BOM, 100% ALGODÃO, BRANCO, MEDIDAS APROXIMADAS 70X100 CM, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE E RESISTENTE, INDICADO PARA LIMPEZA GERAL DE PISOS EM AMBIENTES INTERNOS, PRODUTO LEVE, DE TOQUE MACIO, COM BOA DURABILIDADE PARA USO INSTITUCIONAL. PRODUTO LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL. SOLICITA-SE AMOSTRA		20	UN		
49	621513	95947	DESINFETANTE CONCENTRADO PERFUMADO (TIPO COALA), INDICADO PARA A LIMPEZA, DESODORIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS, COMO SALAS, BANHEIROS, CORREDORES E ÁREAS DE USO COMUM. APRESENTADO EM FRASCO PLÁSTICO DE NO MÍNIMO 120 ML, COM FÓRMULA SUPERCONCENTRADA, COM ALTO RENDIMENTO. PRODUTO EFICAZ NA ELIMINAÇÃO DE GERMES, BACTÉRIAS E ODORES DESAGRADÁVEIS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE LIMPO E PERFUMADO. EM DIVERSAS FRAGRÂNCIAS (LAVANDA, FLORAL, EUCALIPTO, PINHO, CITRONELA, ENTRE OUTRAS) E DE FÁCIL MANUSEIO, COM TAMPA DE SEGURANÇA E LACRE ORIGINAL. COM REGISTRO NA ANVISA.		12	UN		
50	291347	100217	ODORIZADOR / DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM AEROSSOL (SPRAY). EMBALAGEM EM LATA TIPO AEROSSOL, CONTENDO VOLUME LÍQUIDO MÍNIMO 360ML. FORMULAÇÃO EM SPRAY DE RÁPIDA DISPERSÃO, COM FIXAÇÃO PROLONGADA NO AR, SEM DEIXAR RESÍDUOS OLEOSOS OU MANCHAS EM SUPERFÍCIES E TECIDOS. FRAGRÂNCIA SUAVE. O PRODUTO DEVE SER OBRIGATORIAMENTE REGISTRADO/NOTIFICADO JUNTO À ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA), TRAZENDO NA EMBALAGEM EXTERNA O NÚMERO DO REGISTRO, INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE VISÍVEIS		12	UN		
51	354893	95914	BULE DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,8 LITROS, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO POLIDO OU FOSCO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E AO USO CONTÍNUO. PRODUTO COM TAMPA ACOPLÁVEL, BICO VERTEDOR ALONGADO PARA FACILITAR O DESPEJO E ALÇA ERGONÔMICA EM MATERIAL ISOLANTE TÉRMICO OU ALUMÍNIO COM PROTEÇÃO TÉRMICA. ESPESSURA MÍNIMA DO CORPO CONFORME PADRÕES PARA UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS. DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO		02	UN		





			FABRICANTE NA EMBALAGEM OU NO CORPO DO PRODUTO. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL, ATÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO.					
52	303147	95915	BULE DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,3 LITROS, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO POLIDO OU FOSCO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO, IMPACTOS E AO USO CONTÍNUO. EQUIPADO COM TAMPA ACOPLÁVEL, BICO VERTEDOR ALONGADO QUE FACILITA O DESPEJO COM SEGURANÇA E ALÇA ERGONÔMICA EM MATERIAL ISOLANTE TÉRMICO OU ALUMÍNIO COM PROTEÇÃO CONTRA CALOR. ESPESSURA DO CORPO CONFORME NORMAS TÉCNICAS PARA UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO LEGÍVEL DO FABRICANTE, SEJA NA EMBALAGEM OU GRAVADA NO PRÓPRIO CORPO. PRODUTO DURÁVEL, ATÓXICO, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E EXCELENTE QUALIDADE.		02	UN		
53	465652	95916	CHALEIRA DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E AO USO CONTÍNUO. PRODUTO COM ACABAMENTO POLIDO OU FOSCO, COM TAMPA ACOPLÁVEL, BICO VERTEDOR ANATÔMICO E ALÇA SUPERIOR EM MATERIAL ISOLANTE TÉRMICO OU EM ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO QUE PROPORCIONE SEGURANÇA NO MANUSEIO. TAMPA COM ENCAIXE FIRME E ORIFÍCIO DE RESPIRO. PRODUTO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DURÁVEL, ATÓXICO E COMPATÍVEL COM USO EM COZINHAS INSTITUCIONAIS, ESCOLARES, HOSPITALARES OU REFEITÓRIOS COLETIVOS. A CHALEIRA DEVERÁ APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE NA EMBALAGEM OU NO CORPO DO PRODUTO.		01	UN		
54	465651	95917	CHALEIRA DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,5 LITROS, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E AO USO CONTÍNUO. PRODUTO COM ACABAMENTO POLIDO OU FOSCO, COM TAMPA ACOPLÁVEL, BICO VERTEDOR ANATÔMICO E ALÇA SUPERIOR EM MATERIAL ISOLANTE TÉRMICO OU EM ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO QUE PROPORCIONE SEGURANÇA NO MANUSEIO. TAMPA COM ENCAIXE FIRME E ORIFÍCIO DE RESPIRO. PRODUTO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DURÁVEL, ATÓXICO E COMPATÍVEL COM USO EM COZINHAS INSTITUCIONAIS, ESCOLARES, HOSPITALARES OU REFEITÓRIOS COLETIVOS. A CHALEIRA DEVERÁ APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE NA EMBALAGEM OU NO CORPO DO PRODUTO.		01	UN		
55	633836	95918	FUNIL PEQUENO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. INDICADO PARA USO GERAL EM AMBIENTES DOMÉSTICOS OU INSTITUCIONAIS, DESTINADO À TRANSFERÊNCIA DE LÍQUIDOS OU GRANULADOS COM SEGURANÇA, EVITANDO DERRAMAMENTOS. PRODUTO COM BICO ALONGADO E CORPO CÔNICO, PERMITINDO ENCAIXE EM RECIPIENTES DE BOCAS ESTREITAS. DEVE APRESENTAR ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS, RACHADURAS OU DEFORMAÇÕES. COR VARIÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS COMPATÍVEIS COM CAPACIDADE REDUZIDA (DIÂMETRO DO BOJO ENTRE 7 E 10 CM). PRODUTO LEVE, DURÁVEL, LAVÁVEL E DE BOA QUALIDADE.		02	UN		
56	296174	95919	GARRAFA TÉRMICA COM BOMBA DE PRESSÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,8 LITROS, TIPO MESA, COM ACIONAMENTO SUPERIOR MANUAL POR PRESSÃO. INDICADA PARA USO INSTITUCIONAL E COLETIVO, PROPORCIONA JATO FORTE E ESTÁVEL AO BOMBEAR, PERMITINDO O USO CONTÍNUO COM EFICIÊNCIA E SEGURANÇA. COM AMPOLA INTERNA EM VIDRO OU MATERIAL ISOTÉRMICO DE ALTA PERFORMANCE, E CORPO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL METÁLICO DE QUALIDADE EQUIVALENTE, RESISTENTE À CORROSÃO, CHOQUES TÉRMICOS E IMPACTOS LEVES. TAMPA SUPERIOR COM SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA, ALÇA LATERAL OU EMBUTIDA PARA TRANSPORTE, BASE ESTÁVEL E DESIGN ERGONÔMICO. PRODUTO IDEAL PARA A CONSERVAÇÃO DE LÍQUIDOS QUENTES OU FRIOS POR TEMPO PROLONGADO, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DURÁVEL. MARCA DE REFERÊNCIA: TERMOLAR, OU SIMILAR COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		10	UN		
57	376172	95920	GARRAFA TÉRMICA COM BOMBA DE PRESSÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITRO, TIPO MESA, COM ACIONAMENTO SUPERIOR MANUAL POR PRESSÃO. INDICADA PARA USO INSTITUCIONAL E		10	UN		





			COLETIVO, PROPORCIONA JATO FORTE E ESTÁVEL AO BOMBEAR, PERMITINDO USO CONTÍNUO COM EFICIÊNCIA E SEGURANÇA. COM AMPOLA INTERNA EM VIDRO OU MATERIAL ISOTÉRMICO DE ALTO DESEMPENHO, E CORPO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL METÁLICO DE QUALIDADE EQUIVALENTE, RESISTENTE À CORROSÃO, CHOQUES TÉRMICOS E IMPACTOS LEVES. TAMPA SUPERIOR COM SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA, ALÇA LATERAL OU EMBUTIDA PARA TRANSPORTE, BASE ESTÁVEL E DESIGN ERGONÔMICO. PRODUTO IDEAL PARA CONSERVAÇÃO DE LÍQUIDOS QUENTES OU FRIOS POR TEMPO PROLONGADO, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DURÁVEL E COM EXCELENTE DESEMPENHO TÉRMICO. MARCA DE REFERÊNCIA: TERMOLAR, OU SIMILAR COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
58	326767	95921	LIXEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO OU POLIDO, RESISTENTE À CORROSÃO, COM ALTA DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. EQUIPADO COM TAMPA BASCULANTE ACIONADA POR PEDAL, QUE PERMITE ABERTURA SEM CONTATO MANUAL, PROMOVENDO MAIOR HIGIENE E SEGURANÇA. ESTRUTURA COM ACABAMENTO UNIFORME E BORDAS ARREDONDADAS, COM BALDE INTERNO REMOVÍVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE COM ALÇA, FACILITANDO O ESVAZIAMENTO E A LIMPEZA. BASE ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR ESTABILIDADE NO PISO. A LIXEIRA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE OU IMPORTADOR NA EMBALAGEM. PRODUTO DEVERÁ SER DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL, FUNCIONAL E COM DESIGN DISCRETO PARA AMBIENTES INTERNOS.		06	UN	
59	240198	95922	LIXEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4,5 LITROS, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO OU POLIDO, RESISTENTE À CORROSÃO, COM ALTA DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. EQUIPADO COM TAMPA BASCULANTE ACIONADA POR PEDAL, QUE PERMITE ABERTURA SEM CONTATO MANUAL, PROMOVENDO MAIOR HIGIENE E SEGURANÇA. ESTRUTURA COM ACABAMENTO UNIFORME E BORDAS ARREDONDADAS, COM BALDE INTERNO REMOVÍVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE COM ALÇA, FACILITANDO O ESVAZIAMENTO E A LIMPEZA. BASE ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR ESTABILIDADE NO PISO. A LIXEIRA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE OU IMPORTADOR NA EMBALAGEM. PRODUTO DEVERÁ SER DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL, FUNCIONAL E COM DESIGN DISCRETO PARA AMBIENTES INTERNOS		08	UN	
60	629855	95923	LIXEIRA PLÁSTICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 LITROS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ACABAMENTO LISO, SEM REBARBAS, FÁCIL DE LIMPAR E ADEQUADO PARA USO EM COZINHAS E AMBIENTES ALIMENTÍCIOS. COM TAMPA BASCULANTE ACIONADA POR PEDAL, PERMITINDO ABERTURA SEM CONTATO MANUAL, O QUE FAVORECE A HIGIENE E O MANUSEIO SEGURO. EQUIPADO COM TAMPA QUE VEDA ADEQUADAMENTE O CONTEÚDO, MINIMIZANDO ODORES. ESTRUTURA ROBUSTA, COM BASE ESTÁVEL E FUNDO REFORÇADO, PODENDO SER UTILIZADA COM SACOS PLÁSTICOS PARA DESCARTE. PRODUTO LEVE, RESISTENTE, DURÁVEL E FUNCIONAL. A LIXEIRA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE.		04	UN	
61	331945	95925	PENEIRA GRANDE CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, DE ALTA DURABILIDADE, ATÓXICO E APROPRIADO PARA USO EM AMBIENTES ALIMENTARES. ESTRUTURA COMPOSTA POR ARO RÍGIDO COM TELA PLÁSTICA INTEGRADA, PRÓPRIA PARA PENEIRAR ALIMENTOS SECOS OU ÚMIDOS, PRODUTO LEVE, ERGONÔMICO, COM ACABAMENTO LISO E SEM REBARBAS, FÁCIL DE HIGIENIZAR. ALÇA LATERAL REFORÇADA OU APOIO POSTERIOR QUE FACILITE O MANUSEIO E O ENCAIXE SOBRE RECIPIENTES. DIÂMETRO APROXIMADO COMPATÍVEL COM USO INSTITUCIONAL (MÍNIMO 20 CM). PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FUNCIONAL E DURÁVEL.		01	UN	
62	312303	100218	SUPORTE (PORTA-FILTRO) PARA COADOR DE CAFÉ, TAMANHO Nº 103. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA (POLIPROPILENO OU SIMILAR), MATERIAL ATÓXICO, 100% VIRGEM, LIVRE DE BPA (BPA FREE) E RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS. MODELO HIGIÊNICO, COM SUPERFÍCIE LISA QUE EVITE O ACÚMULO DE		04	UN	





			RESÍDUOS, TOTALMENTE LAVÁVEL E REUTILIZÁVEL. POSSUI RANHURAS INTERNAS EM RELEVO PARA OTIMIZAR O FLUXO E A VELOCIDADE DA EXTRAÇÃO DO CAFÉ. DOTADO DE ALÇA LATERAL INTEGRADA, ANATÔMICA E RESISTENTE, QUE FACILITE O MANUSEIO SEGURO DURANTE O PREPARO E DESCARTE DO FILTRO. BASE INFERIOR COM DESIGN ANATÔMICO/ALONGADO (ANEL DE ENCAIXE), DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA ACOPLAMENTO E UTILIZAÇÃO DIRETA E SEGURA NO BOCAL DE GARRAFAS TÉRMICAS DE USO COMUM, GARANTINDO ESTABILIDADE E EVITANDO DESLIZAMENTOS, QUEDAS OU DERRAMAMENTOS.					
63	443879	100219	POTE COM TAMPA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, ATÓXICO, RESISTENTE E REUTILIZÁVEL, COM ACABAMENTO LISO, SEM REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES. TAMANHO MÍNIMO 3 LITROS, ADEQUADO PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS. TAMPA COM ENCAIXE FIRME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO SEGURA, LEVE, EMPILHÁVEL, FÁCIL DE HIGIENIZAR E RESISTENTE AO USO FREQUENTE.	05	UN			
64	243590	95928	XÍCARA PARA CAFÉ SEM PIRES, CONFECCIONADA EM PORCELANA DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E À VARIAÇÃO TÉRMICA. CAPACIDADE NOMINAL ENTRE 75 ML E 100 ML, COM ACABAMENTO ESMALTADO, LISO E UNIFORME, NA COR BRANCA, PODENDO TER LEVE BRILHO. PRODUTO ATÓXICO, PRÓPRIO PARA USO ALIMENTAR, BORDA ARREDONDADA, ALÇA ERGONÔMICA E BASE ESTÁVEL, COM BOA EMPILHABILIDADE. A XÍCARA DEVERÁ APRESENTAR PADRÃO DE FABRICAÇÃO ISENTO DE RACHADURAS, POROSIDADES OU FALHAS NO ESMALTE.	24	UN			
65	440290	100220	JARRA MEDIDORA EM VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE DE 1 LITRO. CONFECCIONADA EM VIDRO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS E A CHOQUES TÉRMICOS (RESISTENTE A ÁGUA QUENTE E MICRO-ONDAS). GRADUAÇÃO DE MEDIDAS VISÍVEL E PRECISA ESTAMPADA NO CORPO DA JARRA, DOTADA DE ALÇA LATERAL INTEGRADA E BICO DIRECIONADOR PARA FACILITAR O VERTIMENTO DE LÍQUIDOS.	02	UN			
66	219010	100221	FACA PARA CHURRASCO / MESA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, COM TRATAMENTO TÉRMICO QUE GARANTA MAIOR DURABILIDADE DO FIO E RESISTÊNCIA À CORROSÃO. COM FIO SERRILHADO/COM SERRA, CABO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, FIXADO DIRETAMENTE À LÂMINA DE FORMA ESTANQUE (SEM FRESTAS) PARA EVITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS E GARANTIR FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. REFERÊNCIA: TRAMONTINA (LINHA IPANEMA OU SIMILAR), OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.	06	UN			

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (-----).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o FORNECEDOR/PRESTADOR, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Dispensa Eletrônica Nº 21/2026, a proposta do FORNECEDOR/PRESTADOR e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Dispensa Eletrônica Eletrônico nº 21/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.





CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR/PRESTADOR, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº 14.133/21).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratação com os FORNECEDORES/PRESTADORES registrados na ata será formalizada pela CÂMARA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - O instrumento contratual de que trata o Parágrafo acima deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

PARÁGRAFO QUINTO - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO - Após a homologação da licitação, para formalização da ata de registro de preços, serão considerados os valores unitários e totais da proposta ajustada do adjudicatário, respeitando obrigatoriamente os quantitativos previstos no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR/PRESTADOR, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente Ata, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR/PRESTADOR dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO QUARTO - Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do FORNECEDOR/PRESTADOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CÂMARA, do





IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela nota de empenho e romaneios de entregas devidamente assinado pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao FORNECEDOR/PRESTADOR apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do FORNECEDOR/PRESTADOR.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo FORNECEDOR/PRESTADOR de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este contrato, o prazo constante do *caput* da desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CÂMARA, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO QUINTO - A CÂMARA efetuará o desconto dos impostos do valor registrado, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO SEXTO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o edital do Dispensa Eletrônica Eletrônico nº admin e consequente Ata de Registro de Preços, são provenientes de Recursos próprios da CÂMARA. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

Orgão Unidade	Funcional Programática	Elemento da Despesa
01.001	01.031.0001-2001	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

PARÁGRAFO SÉTIMO - O FORNECEDOR/PRESTADOR deverá manter durante toda a vigência da Ata as condições de habilitação especificadas no edital.





CLÁUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CÂMARA convocará o FORNECEDOR/PRESTADOR para negociar a redução do preço registrado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR/PRESTADOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese prevista no Parágrafo anterior, a CÂMARA convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se não obtiver êxito nas negociações, a CÂMARA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR/PRESTADOR não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao mesmo requerer a CÂMARA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Neste caso, o FORNECEDOR/PRESTADOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela CÂMARA e o FORNECEDOR/PRESTADOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da Cláusula Sétima, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR/PRESTADOR, nos termos do Parágrafo anterior, a CÂMARA convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

PARÁGRAFO OITAVO - Se não obtiver êxito nas negociações, a CÂMARA procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do Parágrafo Terceiro da Cláusula Sétima, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO NONO - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos Parágrafos Quarto e Quinto desta Cláusula, a CÂMARA atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será cancelada pela CÂMARA, quando o FORNECEDOR/PRESTADOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta;
ou
d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
d.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR/PRESTADOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá a CÂMARA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cancelamento da Ata nas hipóteses previstas no *caput* desta Cláusula será formalizado por despacho da CÂMARA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de cancelamento da Ata, a CÂMARA poderá convocar os licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O cancelamento da Ata poderá ser realizado pela CÂMARA total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do FORNECEDOR/PRESTADOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O FORNECEDOR/PRESTADOR deverá executar o objeto deste instrumento respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Dispensa Eletrônica nº 21/2026, na proposta do FORNECEDOR/PRESTADOR e eventuais anexos dos documentos citados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega dos materiais ou de execução dos serviços, conforme o caso, solicitados pelo CÂMARA ao FORNECEDOR/PRESTADOR é de no **máximo 05 (dias) dias**, contados da data do recebimento da nota de empenho através do Whatsapp ou email eletrônico.

PARÁGRAFO SEGUNDO Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Câmara Municipal, localizado na Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro, Francisco Beltrão - PR, CEP 85601-610.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O horário de entrega dos materiais será de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as despesas relacionadas às entregas realizadas pela empresa CONTRATADA correrão por sua conta. São de inteira responsabilidade (civil e penal) da CONTRATADA os danos ou quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo a recusa na entrega de qualquer item pela CONTRATADA, esta será penalizada nos termos da lei rescindindo-se o contrato e a Câmara poderá convocar as demais licitantes, com observação à ordem de classificação, e demais penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os produtos recusados deverão ser substituídos em prazo máximo de até 01 (um) dia útil, contados a partir do ato de entrega. Esses quais deverão ser entregues no local indicado na nota de empenho, sem custos a nenhum contratante.





PARÁGRAFO SÉTIMO - A Câmara se reserva ao direito de não aceitar os produtos em desacordo com as especificações descritas na nota de empenho, normas técnicas ou outros, podendo rescindir o contrato e aplicar as penalidades dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de produto(s), o FORNECEDOR/PRESTADOR fornecerá o(s) mesmo(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

PARÁGRAFO NONO - Por motivo de força maior e desde que seja do interesse da CÂMARA, o FORNECEDOR/PRESTADOR poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta somente após análise técnica e autorização formal da CÂMARA mediante processo específico.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Efetivada a entrega ou prestado o serviço, o objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade do material ou serviço com as exigências deste instrumento;
- b) Definitivamente, pelo gestor da Ata, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais da Ata.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Constatadas irregularidades no material entregue ou na prestação do serviço, a CÂMARA poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao FORNECEDOR/PRESTADOR providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o FORNECEDOR/PRESTADOR fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CÂMARA não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Independentemente da aceitação, o FORNECEDOR/PRESTADOR garantirá a qualidade do produto fornecido ou serviço prestado pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CÂMARA

São obrigações da CÂMARA:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR/PRESTADOR, de acordo com a Ata e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;





- c) Notificar o FORNECEDOR/PRESTADOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata e o cumprimento das obrigações pelo FORNECEDOR/PRESTADOR;
- e) Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR/PRESTADOR do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao FORNECEDOR/PRESTADOR as sanções previstas na Lei e nesta Ata;
- g) Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo FORNECEDOR/PRESTADOR;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A CÂMARA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR/PRESTADOR, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- k) A CÂMARA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR/PRESTADOR com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR/PRESTADOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- l) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- m) Comunicar o FORNECEDOR/PRESTADOR por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- n) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR/PRESTADOR, através de comissão/servidor especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/PRESTADOR

O FORNECEDOR/PRESTADOR deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, se for o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- c) Comunicar a CÂMARA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento pela CÂMARA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o FORNECEDOR/PRESTADOR deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de prova de regularidade especificados no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CÂMARA e não poderá onerar o objeto da Ata;
- i) Comunicar ao fiscal da Ata, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto deste instrumento;
- j) Paralisar, por determinação da CÂMARA, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal da Ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste instrumento, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CÂMARA;
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta Ata, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta Ata;
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- t) Submeter previamente, por escrito, a CÂMARA, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE





As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pelo FORNECEDOR/PRESTADOR, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e o FORNECEDOR/PRESTADOR deverá:

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O FORNECEDOR/PRESTADOR deverá observar no que couber, durante a execução deste instrumento, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos a CÂMARA, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal;
- c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações entre a CÂMARA e o FORNECEDOR/PRESTADOR devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O FORNECEDOR/PRESTADOR deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO QUARTO - A inadimplência do FORNECEDOR/PRESTADOR em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da Ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

PARÁGRAFO QUINTO - O fiscal da Ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal da Ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal da Ata verificará a manutenção das condições de habilitação do FORNECEDOR/PRESTADOR, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorra descumprimento das obrigações deste instrumento, o fiscal da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização a Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação do FORNECEDOR/PRESTADOR para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o





caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O fiscal da Ata comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A GESTÃO da presente ata ficará a cargo do(a) Diretor (a) Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão - PR, Sr. Carlos Alberto Machado, telefone (46) 2601-0410.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A FISCALIZAÇÃO da execução do presente contrato será exercida pelo(s) Servidor(es) Vinícius Eliel de Andrade Viapiana, da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão - PR, Telefone (46) 2601-0410.

A fiscalização será realizada pelo servidor responsável pela RETIRADA ou RECEBIMENTO do produto solicitado, devendo obrigatoriamente a nota fiscal estar assinada e/ou carimbada legivelmente pelo mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o FORNECEDOR/PRESTADOR que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste instrumento sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao FORNECEDOR/PRESTADOR que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o FORNECEDOR/PRESTADOR der causa à inexecução parcial da Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - Multa:
 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;





- 1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a CÂMARA a promover o cancelamento da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” até “h” do *caput* desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.
 4. Compensatória, para a inexecução total da Ata prevista na alínea “c” do *caput* desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.
 5. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do *caput* desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.
 6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do *caput* desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.
 7. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do *caput* desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CÂMARA (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do FORNECEDOR/PRESTADOR no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CÂMARA ao FORNECEDOR/PRESTADOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pela CÂMARA ao FORNECEDOR/PRESTADOR poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR/PRESTADOR obrigado a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR/PRESTADOR, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;





- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte do FORNECEDOR/PRESTADOR;
- d) Os danos que dela provierem para a CÂMARA;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do FORNECEDOR/PRESTADOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o FORNECEDOR/PRESTADOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CÂMARA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Incumbirá a CÂMARA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste instrumento nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente instrumento, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste instrumento, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores





ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O FORNECEDOR/PRESTADOR declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela CÂMARA, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto do presente instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - O FORNECEDOR/PRESTADOR fica obrigado a comunicar a CÂMARA em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO - Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSINATURA DA ATA

A licitante vencedora será convocada para assinar a Ata, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de convocação de que trata o caput desta Cláusula poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA enviará a Ata para assinatura da licitante via Whatsapp ou email eletrônico, que deverá assiná-lo no prazo previsto no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no *caput* desta Cláusula.





PARÁGRAFO QUARTO - Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura da Ata no prazo estabelecido no caput desta Cláusula, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Por ocasião da assinatura da Ata, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Francisco Beltrão, xxx de xxxxx de 2026.

CIDNEY BARBIERO FILHO

PRESIDENTE

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

